

Emancipação: números começam a aparecer

Prefeitura e Câmara preparam balanço

SIMONE QUEIRÓS

DA SUCURSAL

Vicente de Carvalho, distrito de Guarujá, apresentava em 2010 uma população fixa de aproximadamente 166 mil moradores, conforme o último censo do IBGE. Era, na época, 25% a mais do que a sede da Cidade, que comportava cerca de 124 mil habitantes.

Essa soberania populacional, entretanto, não tem se traduzido em tributos imobiliários. Muito pelo contrário. Dos R\$ 223,9 milhões que a Prefeitura arrecadou de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no ano passado, R\$ 212 milhões vieram da sede e R\$ 11 milhões do distrito. Ou seja: as residências e terrenos de Vicente de Carvalho foram responsáveis por apenas 5% dessa arrecadação.

E os números também não são muito favoráveis ao distrito em se tratando de outras fontes de recursos municipais. Da taxa de lixo recolhida em 2012 na Cidade, que foi de R\$ 22 mi-

Itapema?

É consenso que a legalização jurídica do 'Porto de Guarujá' será fundamental no processo de emancipação de Vicente de Carvalho, embora não seja o fator preponderante. Porém, se o distrito realmente se tornar um município independente e for chamado de Itapema, como querem alguns líderes desse movimento, o novo nome já nascerá defasado. Talvez seja o caso de algum vereador da futura cidade criar o "Porto de Itapema"

lhões, somente R\$ 3,9 milhões (17%) tiveram Vicente de Carvalho como fonte.

Já o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos (ITBI) gerou R\$ 39,5 milhões no ano passado à Prefeitura, sendo apenas R\$ 1,9 milhão (5%) proveniente do distrito.

A receita de IPTU que veio



ALEXSANDER FERRAZ/ARQUIVO

Embora seja mais populoso que a sede, o distrito de Guarujá gerou apenas 5% do imposto predial e territorial arrecadado na Cidade em 2012

da dívida ativa segue a mesma proporção. Dos R\$ 42,4 milhões recuperados no ano passado, R\$ 14,2 milhões vieram dos moradores de Vicente de Carvalho.

Esses números acabam com pontos de interrogação referentes a alguns dos questionamentos quando o assunto é a emancipação de Vicente de Carvalho. Essa intenção, que começou na década de 1950, ganhou força este ano com a iminência da aprovação de uma lei que traz novas regras para a criação de municípios.

Entretanto, para que isso aconteça é necessário que o distrito candidato à emancipação comprove viabilidade econômica.

Um dos passos é ter em mãos todas as receitas e despesas tanto da sede como do distrito. E não faltaram estudos para se chegar a esses dados. A Câmara de Guarujá, por meio de uma comissão criada especialmente para tratar da emancipação, tem um grupo trabalhando nisso.

Ao mesmo tempo, a Prefeitura já trabalha na compilação de dados. E, por fim, a Assembleia Legislativa deverá fazer o levantamento que de fato baseará a emancipação. O diagnóstico deverá apurar números referentes a tributos municipais, estaduais e federais, dívida pública, precatórios, recursos de programas federais para obras,

recursos do Dade, bolsa-família, gastos com saúde, educação, entre outros - tudo dividido entre sede e distrito.

Os dados referentes aos tributos municipais foram obtidos por *A Tribuna* durante reunião na Câmara de Vereadores para discutir a emancipação e o Porto, no dia 19. E, pelo menos com base nesses dados preliminares, é possível perceber que os tributos imobiliários do distrito têm ainda menor relevância perante a sede do que se imaginava inicialmente.

"A diferença é porque em Guarujá há muitas casas de veraneio e imóveis em áreas nobres, enquanto em Vicente de Carvalho há ainda áreas não

regularizadas. Temos 300 mil habitantes, mas espaço que recebe até 1 milhão de pessoas na temporada", afirmou o secretário de Finanças de Guarujá, Armando Luís Palmieri.

O assessor da Secretaria de Relações Institucionais da Prefeitura, Francis Matthos, vem preparando esse relatório há cerca de 50 dias com base em números encaminhados pela Secretaria de Finanças.

"O Cândido (Garcia Alonso, secretário de Relações Institucionais) me pediu para fazer o levantamento assim que esse assunto começou a ser discutido na Cidade", disse Matthos.

Pelo menos metade do ISS de Guarujá está no Porto

Um dos pilares da discussão em torno da emancipação de Vicente de Carvalho tem como base o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Como o Porto fica no distrito, especialistas apontam que lá está a maior parte da arrecadação desse tributo, que é o segundo maior da Cidade. E ele não para de crescer.

De acordo com o levantamento obtido por *A Tribuna*, em 2012 a receita de ISS foi de R\$ 114.478.047,24, o que representa 47% a mais do que em 2010. Em termos de comparação, a receita de IPTU cresceu 20% no mesmo período. E até julho deste ano o ISS já tinha alcançado a marca de R\$ 72.367.772,12, ou seja, 63% do valor total arrecadado no ano passado.

Entretanto, ainda não há como saber quais os valores provenientes da sede e do distrito. O motivo, segundo o secretário de Finanças de Guarujá, Armando Luís Palmieri, é que a nota fiscal eletrônica é emitida

com base em um só lançamento. Pelo método convencional, ela era separada entre Vicente de Carvalho e Guarujá.

"O nosso pessoal está verificando, dentro dos bancos de dados, o local de prestação de serviços para apurar esses números e também os do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, do Estado). Acredito que dentro de mais 30 dias já teremos essas informações."

Ele já adianta, entretanto, que o Porto é responsável por cerca de 50 a 60% de todo o ISS arrecadado em Guarujá, o que representa pelo menos R\$ 60 milhões. Mas estes valores poderiam ser muito maiores. Diagnóstico divulgado no ano passado pelo Projeto Litoral Sustentável, do Instituto Pólis, informou que a margem esquerda recebe apenas 10% dos tributos sobre a movimentação de cargas, apesar de ser responsável por 65% de todas as operações.

A maior fatia desse bolo vai para Santos, onde estão as ma-



CARLOS NOGUEIRA/ARQUIVO

Santos fica com a maior fatia dos tributos provenientes do Porto

trizes dessas empresas. A destinação de tributos do Porto foi apontada como uma contradição a ser equacionada em Guarujá. Segundo Palmieri, foi criada na secretaria uma

equipe de planejamento de fiscalização justamente para tentar equalizar essa questão. "Temos um trabalho voltado à melhoria da arrecadação de impostos."

Margem esquerda pode virar 'Porto de Guarujá'

Dois projetos de lei que devem ser votados nas próximas semanas na Câmara de Guarujá pretendem mudar uma denominação histórica. Em vez de Margem Esquerda do Porto de Santos, o lado guarujaense passaria a ser chamado de "Porto de Guarujá".

A princípio, os projetos de lei complementar pretendem mexer somente na nomenclatura, uma vez que a organização administrativa dos portos brasileiros cabe somente à União. Após essa fase, entretanto, o vereador Gilberto Benzi (PDT), autor dos projetos, pretende levar a proposta para os âmbitos Estadual e Federal.

Os projetos visam criar condições legais dentro do Município ao incluir no Plano Diretor a nomenclatura Porto de Guarujá. Ele já nasceria como o segundo maior do Brasil, com 4 milhões de m².

Em julho deste ano, a Comissão de Portos e Aeroportos, que estuda o assunto no Legislativo Municipal, esteve em Brasília pedindo o apoio do se-

Arrecadação

A Comissão de Portos e Aeroportos da Câmara está fazendo um estudo para saber quanto representa em impostos a margem esquerda, que seria responsável por cerca de 65% das operações do Porto

nador Antônio Carlos Rodriguez (PR-SP) para a formulação de uma lei federal que garanta uma divisão mais justa dos recursos portuários gerados pelas empresas.

A comissão está fazendo um estudo para saber quanto de fato arrecada o Porto de Guarujá. E, para isso, conta com dois fiscais da Prefeitura e o auxílio do consultor financeiro Rodolfo Amaral, contratado para nortear o levantamento. "Guarujá tem dificuldade em fiscalizar o que movimentam os terminais", afirma Amaral.

SÓ HOJE!

FECHAMENTO DE MÊS

LOTE ÚNICO DE 200 UNIDADES PARA LIQUIDAR EM UM SÓ DIA!

JUROS ZERO EM 48 MESES (1)

PLANOS SEM ENTRADA (2)

PREÇO NOTA FISCAL DE FÁBRICA (3)

SANTOS
Av. Senador Feijó, 343
(13) 3226-9000

SANTOS
Rua Lucas Fortunato, 82
(13) 3228-6060

SANTOS
Av. Ana Costa, 272
(13) 3228-9600

PRAIA GRANDE
Av. Presidente Kennedy, 1380
(13) 3476-6000

SÃO VICENTE
Av. Presidente Wilson, 1370
(13) 3579-9999

GUARUJÁ
Av. Santos Dumont, 951
(13) 3389-1000

ABSOLUTA
CERTEZA DO MELHOR NEGÓCIO
www.chevroletabsoluta.com.br

Condições válidas para os respectivos veículos Chevrolet 0km anunciados, se disponíveis no nosso estoque na data de veiculação deste anúncio. (1) Planos com Juro Zero válidos para Cobalt (LTZ 1.4 e 1.8 - com 60% de entrada e saldo em 48 meses), Spin (com 60% de entrada e saldo em 36 meses) e Sonic (com 60% de entrada e saldo em 48 meses). (2) Planos sem entrada com saldo em até 48 meses válidos para Classic, Onix, Prisma e S10. (3) Preço de nota fiscal de fábrica válido para Cobalt LTZ 1.4 2013/2014, pintura sólida, opc. R7J, chassi 135279 com valor promocional de R\$ 42.990,00. TC no valor de R\$ 1.000,00 não inclusa nos financiamentos. Nas vendas financiadas, crédito sujeito a aprovação do agente financeiro. Condições de preço e promoções válidas apenas no período de veiculação deste anúncio e enquanto durarem os estoques. Os veículos Chevrolet estão em conformidade com o PROCONVE - Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores. Preserve a vida. Use o cinto de segurança. Fotos ilustrativas. A Absoluta se reserva o direito de corrigir possíveis erros gráficos e de encerrar esta promoção s/ prévio aviso.

"EXCESSO DE VELOCIDADE NÃO É LEGAL."